

Escola de Formação Complementar do Exército

# ESFCEX

Comum as áreas dos Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) e Curso de Formação de Capelães Militares(CF/CM:Administração;Ciências Contábeis;Comunicação Social; Direito; Informática; Magistério – Matemática; Magistério – Português; Capelão Católico e Capelão Evangélico

JH082-19

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.  
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo [sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br).

## **OBRA**

Escola de Formação Complementar do Exército - ESFCEX

Comum as áreas dos Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar (CFO/QC) e Curso de Formação de Capelães Militares (CF/CM: Administração; Ciências Contábeis; Comunicação Social; Direito; Informática; Magistério – Matemática; Magistério – Português; Capelão Católico e Capelão Evangélico

Portaria Nº 0252 - EME, de 30 de Outubro de 2018

## **AUTORES**

Geografia do Brasil - Profª Silvana Guimarães  
História do Brasil - Profª Silvana Guimarães  
Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

## **PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO**

Elaine Cristina  
Leandro Filho

## **DIAGRAMAÇÃO**

Danna Silva  
Elaine Cristina

## **CAPA**

Joel Ferreira dos Santos



[www.novaconcursos.com.br](http://www.novaconcursos.com.br)

[sac@novaconcursos.com.br](mailto:sac@novaconcursos.com.br)

# APRESENTAÇÃO

## PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%\*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

\*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

## CURSO ONLINE



### PASSO 1

Acesse:

[www.novaconcursos.com.br/passaporte](http://www.novaconcursos.com.br/passaporte)



### PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

\*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

**Ex: JN001-19**



### PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



# SUMÁRIO

## GEOGRAFIA DO BRASIL

|  |    |
|--|----|
| A Organização do Espaço Brasileiro. A integração brasileira ao processo de internacionalização da economia; o desenvolvimento econômico e social; e os indicadores sociais do Brasil. O processo de industrialização brasileira, os fatores de localização e as suas repercussões: econômicas, ambientais e urbanas. A rede de transportes brasileira e sua estrutura e evolução. A questão urbana brasileira: processos e estruturas. A agropecuária, a estrutura fundiária e problemas sociais rurais no Brasil, dinâmica das fronteiras agrícolas e sua expansão para o Centro-Oeste e para a Amazônia. A população brasileira: evolução, estrutura e dinâmica. A distribuição dos efetivos demográficos e os movimentos migratórios internos: reflexos sociais e espaciais. A divisão regional do trabalho: o Centro-Sul como pólo dinâmico da economia nacional ..... | 01 |
| A Questão Regional no Brasil. A regionalização do país: sua justificativa sócio-econômica e critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); as regiões e as políticas públicas para fins de planejamento. As regiões brasileiras: especializações territoriais, produtivas e características sociais e econômicas .....  | 20 |
| O Espaço Natural Brasileiro: seu aproveitamento econômico e o meio ambiente. Geomorfologia do território Brasileiro: O território brasileiro e a placa sul americana; as bases geológicas do Brasil; as feições do relevo; os domínios naturais e as classificações do relevo brasileiro. A questão ambiental no Brasil. Os recursos minerais. As fontes de energia e os recursos hídricos. A biosfera e os climas do Brasil .....   | 23 |

## HISTÓRIA DO BRASIL

|   |    |
|---|----|
| Brasil Colônia: administração, economia, cultura e sociedade. As Capitanias Hereditárias e Governos Gerais. As atividades econômicas e a expansão colonial: agricultura, pecuária, comércio e mineração. Os povos indígenas; escravidão, aldeamentos; ação jesuítica. Os povos africanos escravizados no Brasil. A conquista dos sertões; entradas e bandeiras. O exclusivo comercial português. Os conflitos coloniais e os movimentos rebeldes de livres e de escravos do final do século XVIII e início do século XIX. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil e seus efeitos; o período joanino no Brasil .....   | 01 |
| O Brasil Monárquico A independência do Brasil e o Primeiro Reinado. A Constituição de 1824. Militares: a Guarda Nacional e o Exército. A fase regencial (1831-1840). O Ato Adicional de 1834. As revoltas políticas e sociais das primeiras décadas do Império. A consolidação da ordem interna: o fim das rebeliões, os partidos, a legislação, o fortalecimento do Estado, a economia cafeeira, a tributação. Modernização: economia e cultura na sociedade imperial. A escravidão, as lutas escravas pela liberdade, O movimento abolicionista e a abolição. A introdução do trabalho livre. Política externa: as questões platinas, a Guerra do Paraguai e o Exército. O movimento republicano e o advento da República .....   | 10 |
| A República brasileira a. A Constituição de 1891, os militares e a consolidação da República. A "Política dos governadores". O coronelismo e o sistema eleitoral. O movimento operário. O tenentismo. A Revolução de 1930. O período Vargas (1930-1945): economia, sociedade, política e cultura. O Estado Novo. O Brasil na II Guerra Mundial. O período democrático (1945-1964): economia, sociedade, política e cultura. A intervenção militar, sua natureza e transformações entre 1964 e 1985. As mudanças institucionais durante o período. O "milagre econômico". A redemocratização. Os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980: estudantes, operários e demais setores da sociedade. A campanha pelas eleições diretas. A Constituição de 1988. O Brasil de 1985 a 2013: economia, sociedade, política e cultura ..... | 20 |

# SUMÁRIO

## LÍNGUA PORTUGUESA

|  |    |
|--|----|
| Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....  | 01 |
| Reconhecimento de tipos e gêneros textuais .....   | 11 |
| Domínio da ortografia oficial .....  | 12 |
| Emprego da acentuação gráfica. ....  | 12 |
| Domínio dos mecanismos de coesão textual . Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual ..... | 18 |
| Emprego de tempos e modos verbais .....  | 24 |
| Domínio da estrutura morfosintática do período. Emprego das classes de palavras .....  | 24 |
| Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração .....   | 66 |
| Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração .....  | 66 |
| Emprego dos sinais de pontuação .....  | 75 |
| Concordância verbal e nominal .....  | 78 |
| Regência verbal e nominal .....  | 85 |
| Emprego do sinal indicativo de crase .....   | 90 |
| Colocação dos pronomes átonos .....  | 92 |
| Reescrita de frases e parágrafos do texto .....  | 92 |
| Substituição de palavras ou de trechos de texto .....  | 92 |
| Análise do Discurso: pressupostos, subentendidos e implícitos.....   | 98 |

# ÍNDICE

## HISTÓRIA DO BRASIL

|   |    |
|---|----|
| Brasil Colônia: administração, economia, cultura e sociedade. As Capitânicas Hereditárias e Governos Gerais. As atividades econômicas e a expansão colonial: agricultura, pecuária, comércio e mineração. Os povos indígenas; escravidão, aldeamentos; ação jesuítica. Os povos africanos escravizados no Brasil. A conquista dos sertões; entradas e bandeiras. O exclusivo comercial português. Os conflitos coloniais e os movimentos rebeldes de livres e de escravos do final do século XVIII e início do século XIX. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil e seus efeitos; o período joanino no Brasil .....  | 01 |
| O Brasil Monárquico A independência do Brasil e o Primeiro Reinado. A Constituição de 1824. Militares: a Guarda Nacional e o Exército. A fase regencial (1831-1840). O Ato Adicional de 1834. As revoltas políticas e sociais das primeiras décadas do Império. A consolidação da ordem interna: o fim das rebeliões, os partidos, a legislação, o fortalecimento do Estado, a economia cafeeira, a tributação. Modernização: economia e cultura na sociedade imperial. A escravidão, as lutas escravas pela liberdade, O movimento abolicionista e a abolição. A introdução do trabalho livre. Política externa: as questões platinas, a Guerra do Paraguai e o Exército. O movimento republicano e o advento da República .....   | 10 |
| A República brasileira a. A Constituição de 1891, os militares e a consolidação da República. A “Política dos governadores”. O coronelismo e o sistema eleitoral. O movimento operário. O tenentismo. A Revolução de 1930. O período Vargas (1930-1945): economia, sociedade, política e cultura. O Estado Novo. O Brasil na II Guerra Mundial. O período democrático (1945-1964): economia, sociedade, política e cultura. A intervenção militar, sua natureza e transformações entre 1964 e 1985. As mudanças institucionais durante o período. O “milagre econômico”. A redemocratização. Os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980: estudantes, operários e demais setores da sociedade. A campanha pelas eleições diretas. A Constituição de 1988. O Brasil de 1985 a 2013: economia, sociedade, política e cultura ..... | 20 |

**BRASIL COLÔNIA: ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, CULTURA E SOCIEDADE. AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E GOVERNOS GERAIS. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E A EXPANSÃO COLONIAL: AGRICULTURA, PECUÁRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. OS POVOS INDÍGENAS; ESCRAVIDÃO, ALDEAMENTOS; AÇÃO JESUÍTICA. OS POVOS AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL. A CONQUISTA DOS SERTÕES; ENTRADAS E BANDEIRAS. O EXCLUSIVO COMERCIAL PORTUGUÊS. OS CONFLITOS COLONIAIS E OS MOVIMENTOS REBELDES DE LIVRES E DE ESCRAVOS DO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX. A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL E SEUS EFEITOS; O PERÍODO JOANINO NO BRASIL.**

A **História do Brasil** é dividida, consensualmente e para fins didáticos, em três períodos principais: **Período Colonial**, **Período Imperial** e **Período Republicano**. Entretanto, tais divisões existem apenas para organizar esquematicamente os principais conteúdos sobre a formação do Brasil, tendo como ponto de partida o ano do descobrimento, isto é, **1500**. Entretanto, é sabido que, no território em que se “formou o Brasil”, havia, antes, várias tribos nativas com aspectos culturais muito particulares. Mesmo antes da formação dessas tribos, houve também povos primitivos que deixaram os vestígios de sua cultura em vários lugares do território brasileiro (Veja Pré-história brasileira) há milhares de anos.

A esse período da História do Brasil cujo tema central é o estudo dos povos nativos, isto é, dos povos indígenas, dá-se o nome de Período Pré-Cabralino. Essa nomenclatura faz referência a **Pedro Álvares Cabral**, cuja chegada em terras brasileiras é considerada o marco inaugural da História do Brasil. A partir de então, de 1500 em diante, sobretudo a partir da década de 1530, teve início a fase do Brasil Colônia.

O Brasil começou a ser efetivamente colonizado em razão da preocupação que Portugal passou a ter com as ameaças de invasões das terras brasileiras por outras nações, como viriam a ocorrer décadas depois. O primeiro sistema de ocupação e administração colonial foi o das Capitânicas Hereditárias, que, posteriormente, foi regido pelo Governo Geral, que tinha o objetivo de organizar melhor a ocupação do território, bem como desenvolvê-lo. O período do Brasil Colonial estendeu-se até o início do século XIX, especificamente até **1808**, quando a **Família Real** veio para o Brasil e integrou-o ao **Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves**. Foi nesse período em que se desenvolveram a **economia e a sociedade açucareira** e, depois, a **economia e a sociedade mineradora**. Dataram ainda do período Colonial as várias Rebeliões Nativistas e Rebeliões Separatistas, merecendo destaque especial a Inconfidência Mineira.

Em **1822**, teve início a fase do **Brasil Império**, ou Período Imperial. Desde a vinda da Família Real (1808) para o Brasil até 1822 houve intensas transformações políticas tanto no Brasil quanto em Portugal, que acabaram por conduzir as elites brasileiras e o **Príncipe D. Pedro I** a declararem o Brasil um Império independente. Após a estruturação do Império, seguiu o **Período Regencial**, período esse marcado pelo governo dos regentes daquele que se tornou o segundo imperador brasileiro, **Dom Pedro II**, que, à época em que o pai deixou o poder (1831), ainda não estava em idade hábil para governar o país. O Segundo Reinado só começou de fato no ano de 1840, estendendo-se até **1889**, ano da **Proclamação da República**. Um ano antes, ainda sob a vigência do Império, foi decretada a **Abolição da Escravatura**.

A partir de 15 de novembro de 1889, teve início o período do Brasil República. Esse período caracterizou-se pela montagem de uma estrutura política completamente diversa daquela do Império. A busca pela efetividade dos ideais políticos republicanos, influenciados pelo positivismo, guiou a formação da república brasileira, que se dividiu, esquematicamente, entre República Velha (1889-1930), cujas rebeliões que nela ocorreram merecem destaque; Era Vargas (1930-1945), que foi marcada pelo longo governo do político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas; fase da **República Populista (1945-1964)**, que se situou no período inicial da **Guerra Fria** e caracterizou-se pela estrutura política baseada no fenômeno do populismo; e, por fim, a fase dos Governo Militares (1964-1985), marcada pelo **Golpe Militar** de 31 de março de 1964 e, depois, pelo **Ato Institucional nº5**, de 13 de dezembro de 1968, que estendeu o regime militar (com cassação de direitos políticos e liberdades individuais) até o ano de 1985.

Ainda há a fase do Brasil Atual, que é estudada de acordo com as pesquisas mais recentes que são feitas sobre a conjuntura política, sociocultural e econômica do Brasil dos últimos 30 anos.<sup>1</sup>

## 1. Brasil pré-colonial

Quando anunciou a descoberta das terras brasileiras, Portugal não tinha um projeto de colonização preparado para a exploração do novo espaço. Na verdade, desde todo o século XV, os portugueses estavam bem mais interessados em estreitar seus laços comerciais com os povos orientais. Dessa forma, observamos que entre 1500 e 1530, o governo português centrou muito pouco de suas atenções ao Brasil.

No ano de 1501, uma expedição liderada por Gaspar de Lemos foi mandada para cá com a missão de nomear vários pontos do litoral e acabou confirmando a existência de pau-brasil em nossas terras. A existência de tal árvore logo chamou a atenção dos portugueses, já que dela se extraía uma tinta bastante utilizada para o tingimento de tecidos na coloração vermelha.

<sup>1</sup> Fonte: [www.brasilecola.uol.com.br](http://www.brasilecola.uol.com.br) - Por Cláudio Fernandes

Dois anos mais tarde, uma nova expedição foi enviada para a construção de feitorias ao longo do litoral. Tais fortificações eram utilizadas para o armazenamento de pau-brasil e para a proteção necessária contra a invasão de outros povos. Com relação a essa mesma atividade de extração, os portugueses contaram com o trabalho voluntário dos indígenas, que recebiam diversas mercadorias em troca do serviço prestado. Tal prática, ao longo do tempo, ficou conhecida pelo nome de escambo.

Com o passar do tempo, a ausência de portugueses na ocupação do território brasileiro incentivou outras nações a invadirem o litoral brasileiro. Entre outros povos, os franceses aportavam em nosso território em busca de pau-brasil e estabelecendo contato com a população nativa. Já nessa época, o governo português percebia que a falta de centros de colonização poderia colocar em risco a propriedade das terras conquistadas no continente americano.

Não bastando o risco de invasão, os portugueses não alcançaram o lucro esperado com a construção de uma rota marítima que os ligassem diretamente às Índias. O desgaste causado pelo longo percurso e a concorrência comercial de outros povos acabou fazendo com que o comércio com o Oriente não fosse muito atrativo. Desse modo, o governo português voltaria suas atenções para a exploração do espaço colonial brasileiro.

Em 1530, a expedição de Martim Afonso de Souza foi enviada até ao Brasil para a fundação do primeiro centro colonial do território tupiniquim. Já nessa viagem, mudas de cana-de-açúcar foram trazidas para o desenvolvimento da primeira empresa mercantil a ser instalada pelos portugueses. Além disso, essa mesma expedição foi acompanhada por padres jesuítas que realizaram a catequização dos indígenas.<sup>2</sup>

## 2. Primeiras expedições

### 2.1. Os Tupiniquins

*Ao longo dos dez dias que passou no Brasil, a armada de Cabral tomou contato com cerca de 500 nativos.* Tupiniquins - uma das tribos do grupo tupi-guarani que, no início do século XVI, ocupava quase todo o litoral do Brasil. Os tupis-guaranis tinham chegado à região numa série de migrações de fundo religioso (em busca da "Terra sem Males", no começo da Era Cristã. Os tupiniquins viram no sul da Bahia e nas cercanias de Santos e Bertioga, em São Paulo. Eram uns 85 mil. Por volta de 1530, uniram-se aos portugueses na guerra contra os tupinambás-tamoios, aliados dos franceses. Foi uma aliança inútil: Em 1570 já estavam praticamente extintos, massacrados ppo Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil.



### 2.2. O arrendamento do Brasil e o ciclo do pau-brasil

Logo nos primeiros anos após a descoberta do Brasil, arrefeceu o interesse do rei D.Manuel pela nova terra.

A expedição enviada à costa do Brasil no ano de 1501, e que regressou a Portugal em 1502, não apresentou resultados que fossem de molde a entusiasmar o Governo português, cúvido do mito do metal, pois no Brasil "nada fôra encontrado de proveito, exceto infinitas árvores de pau-brasil, de canafíscula, as de que se tira a mirra e outras mais maravilhas da natureza que seriam longas de referir" (carta de Américo Vespucci a Soderini).

<sup>2</sup> Fonte: [www.mundoeducacao.bo.uol.com.br](http://www.mundoeducacao.bo.uol.com.br) – Por Rainer Gonçalves



A côrte era naquele tempo verdadeiramente uma grande casa de negócio, como, por um lado, estivesse fundamente absorvida com as dispendiosíssimas expedições à Índia, onde pretendia estabelecer um vasto império colonial, e, por outro lado, não enxergasse lucros apreciáveis e imediatos na exploração do Brasil, este ia sendo relegado a um simples ponto de ligação de viagens à Índia, uma escala de refresco e aguada.

É assim de todo compreensível que, tendo o monarca recebido em 1502, de um consórcio de judeus dirigido pelo cristão-novo Fernando de Noronha, uma proposta para exploração da nova colônia mediante contrato de arrendamento, ele a aceitasse de bom grado; era a colonização do Brasil que se lhe oferecia, para ser feita a expensas de particulares, sem riscos e sem ônus ou quaisquer encargos para o erário público, e ainda com a possibilidade de lhe serem proporcionados lucros e de, sob certa forma, ser sustentada, ainda que fracamente, a autoridade portuguesa na nova possessão.

O *acordo* - que era um monopólio de comércio e de colonização - foi firmado em 1503, pelo prazo de 3 anos, e compreendia os seguintes principais compromissos dos arrendatários:

- 1- Enviar seis navios anualmente;
- 2- Explorar, desbravar e cultivar, cada ano, uma nova região de 300 léguas;
- 3- Construir nessas regiões fortalezas e guarnecê-las durante o prazo do contrato;
- 4- Destinar à Coroa, no segundo ano do arrendamento, a sexta parte das rendas auferidas com os produtos da terra, e, no terceiro ano, a quarta parte das mesmas.

Esse contrato foi, com algumas modificações, sucessivamente renovado em 1506, 1509 e 1511, estendendo-se até 1515.

No próprio ano de contrato inicial 0 mais precisamente, em maio de 1503 - desferrou de Portugal com destino ao Brasil a primeira frota, composta de seis navios sob o presumível comando pessoal de Fernando de Noronha tendo aportado em 24 de junho de 1503 a uma ilha até então desconhecida, que inicialmente recebeu o nome de São João, mais tarde trocado para "Fernando de Noronha" em reconhecimento aos méritos do seu descobridor, a quem acabou sendo doada pelo rei em 1504.

Nesse ano de 1504, os navios de Fernando de Noronha voltaram para Portugal com enorme carregamento de pau-brasil (também chamado "madeira judaica"), artigo então grandemente procurado nos mercados europeus para as indústrias de corantes.

Tão intenso se tornou o comércio do pau-brasil durante o arrendamento do Brasil e Fernando de Noronha - exportavam-se nada menos de 20.000 quintais por ano - e de tal importância econômica ele se revestiu, que deu origem à denominação de "ciclo do pau-brasil", sob a qual é conhecido aquele período, além de ter determinado a adoção do nome definitivo da terra - brasil, em substituição ao de Santa Cruz (ou ainda Terra dos Papagaios), como era antes designada.

Outras expedições ao litoral brasileiro podem ter ocorrido, já que desde 1504 são assinaladas atividades de corsários. Holanda, em Raízes do Brasil, cita o capitão

francês Paulmier de Gonneville, de Honfleur, que permaneceu seis meses do litoral de Santa Catarina. A atividade de navegadores não-portugueses se inspirava doutrina da liberdade dos mares, expressada por Hugo Grotius em *Mare liberum*, base da reação européia contra Espanha e Portugal, gerando pirataria alargada pelos mares do planeta.<sup>3</sup>

### 3. A colonização

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

### 4. O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como "o Colonizador", resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

### 5. Ciclo do Açúcar (séculos XVI e XVII)

Grandes quantidades de açúcar eram produzidas nos engenhos estabelecidos na região Nordeste. O produto era exportado, principalmente para o mercado europeu,

<sup>3</sup> Fonte: [www.hisdobrasil.blogspot.com](http://www.hisdobrasil.blogspot.com)

enriquecendo os senhores de engenho e engordando os cofres da corte portuguesa. A mão-de-obra escrava africana foi usada em larga escala.

Nesta época, muitos portugueses com recursos econômicos vieram para o Brasil para administrar engenhos de açúcar ou ocupar cargos públicos.

### 6. Ciclo do Ouro (século XVIII)

Embora o processo de colonização tenha sido praticamente todo efetivado nos séculos XVI e XVII, podemos considerar que ele foi finalizado no século XVIII com a descoberta de minas de ouro nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A "corrida do ouro" trouxe ao Brasil milhares de portugueses em busca de um enriquecimento rápido. Nesta época muitas cidades foram fundadas e a região central do Brasil começou a ser povoada.<sup>4</sup>

### 7. Capitânias Hereditárias

As Capitânias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitânias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

#### Capitânias Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitania do Maranhão
- Capitania do Ceará
- Capitania do Rio Grande
- Capitania de Itamaracá
- Capitania de Pernambuco
- Capitania da Baía de Todos os Santos
- Capitania de Ilhéus
- Capitania de Porto Seguro
- Capitania do Espírito Santo
- Capitania de São Tomé
- Capitania de São Vicente
- Capitania de Santo Amaro
- Capitania de Santana

<sup>4</sup> Fonte: [www.historiadobrasil.net](http://www.historiadobrasil.net)

### 7.1. Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitânias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitânias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizador, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitânias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.<sup>5</sup>

### 7.2. Economia e sociedade colonial

Muitos pensam que a economia à época era restrita ao Pau-Brasil, Açúcar e Mineração, no entanto, vários outros produtos alimentavam o sistema mercantilista vigente naquela época. Vejamos:

<sup>5</sup> Fonte: [www.historiadobrasil.net/](http://www.historiadobrasil.net/) [www.brasilecola.uol.com.br](http://www.brasilecola.uol.com.br) - Por Rainer Sousa

## ECONOMIA COLONIAL

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do **pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais**.

### PAU-BRASIL

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (**escambo**). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

### CANA-DE-AÇÚCAR

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitânicas. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

**OBS.** Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

### SOCIEDADE AÇUCAREIRA

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.

- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

**OBS.** Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

### MINERAÇÃO

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

### OURO

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de **faiscação** (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de **lavra ou de mina** (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A **Intendência das Minas** era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

### 8. Tributação

A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

### DIAMANTES

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira. Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

### SOCIEDADE MINERADORA

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.
- Maior Mobilidade Social

### OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

- 2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.
- 3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.
- 4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

### **PECUÁRIA**

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da "quartiação". Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

### **ALGODÃO**

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

### **TABACO**

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

### **DROGAS DO SERTÃO**

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.<sup>6</sup>

## **9. União Ibérica**

No ano de 1578, durante a batalha contra os mouros marroquinos em Alcácer-Quibir, o rei português dom Sebastião desapareceu. Esse evento iniciou uma das mais complicadas crises sucessórias do trono português, tendo em vista que o jovem rei não teve tempo suficiente para deixar um descendente em seu lugar. Nos dois anos seguintes, o cardeal dom Henrique, seu tio-avô, assumiu o Estado português, mas logo morreu sem também deixar herdeiros.

Imediatamente, Filipe II, rei da Espanha e neto do falecido rei português D. Manuel I, se candidatou a assumir a vaga deixada na nação vizinha. Para alcançar o poder, além de se valer do fator parental, o monarca hispânico chegou a ameaçar os portugueses com seus exércitos

<sup>6</sup> Fonte: [www.jchistorybrasil.webnode.com.br](http://www.jchistorybrasil.webnode.com.br)

para que pudesse exercer tal direito. Com isso, observamos o estabelecimento da União Ibérica, que marca a centralização dos governos espanhol e português sob um mesmo governo.

A vitória política de Filipe II abriu oportunidade para que as finanças de seu país pudessem se recuperar após diversos gastos em conflitos militares. Para tanto, tinha interesse em estabelecer o comércio de escravos com os portugueses, que controlavam tal atividade na costa africana. Além disso, o controle da maior parte das possessões do espaço colonial americano permitiria a ampliação dos lucros obtidos através da arrecadação tributária.

Apesar de todas estas vantagens, o imperador espanhol teve a astúcia de manter uma significativa parcela dos privilégios e posições ocupadas por comerciantes e burocratas portugueses. No Tratado de Tomar, assinado em 1581, Filipe II assegurou que os navios portugueses controlassem o comércio com a colônia, a manutenção das autoridades lusitanas no espaço colonial brasileiro e o respeito das leis e costumes brasileiros.

Mesmo preservando aspectos fundamentais da colonização lusitana, a União Ibérica também foi responsável por algumas mudanças. Com a junção das coroas, as nações inimigas da Espanha passam a ver na invasão do espaço colonial lusitano uma forma de prejudicar o rei Filipe II. Desta maneira, no tempo em que a União Ibérica foi vigente, ingleses, holandeses e franceses tentaram invadir o Brasil.

Entre todas essas tentativas, podemos destacar especialmente a invasão holandesa, que alcançou o monopólio da atividade açucareira em praticamente todo o litoral nordestino. No ano de 1640, a chamada Restauração, definiu a vitória portuguesa contra a dominação espanhola e a consequente extinção da União Ibérica. Ao fim do conflito, a dinastia de Bragança, iniciada por dom João IV, passou a controlar Portugal.<sup>7</sup>

## **10. Invasões estrangeiras**

Durante os séculos XVI e XVII, o Brasil sofreu saques, ataques e ocupações de países europeus. Estes ataques ocorreram na região litorânea e eram organizados por corsários ou governantes europeus. Tinham como objetivos o saque de recursos naturais ou até mesmo o domínio de determinadas regiões. Ingleses, franceses e holandeses foram os povos que mais participaram destas invasões nos primeiros séculos da História do Brasil Colonial.

### **10.1. Invasões francesas**

Comandados pelo almirante francês Nicolas Ville-gaignon, os franceses fundaram a França Antártica no Rio de Janeiro, em 1555. Foram expulsos pelos portugueses, com a ajuda de tribos indígenas do litoral, somente em 1567.

Em 1612, sob o comando do capitão da marinha francesa Daniel de La Touche, os franceses fundaram a cidade de São Luís (Maranhão), criando a França Equinocial. Foram expulsos três anos depois.

<sup>7</sup> Fonte: [www.brasilecola.uol.com.br](http://www.brasilecola.uol.com.br) - Por Rainer Sousa

Entre os anos de 1710 e 1711, os franceses tentaram novamente, mas sem sucesso, invadir e ocupar o Rio de Janeiro.

### 10.2. Invasões holandesas

As cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Santos foram atacadas pelos holandeses no ano de 1599.

Em 1603 foi a vez da Bahia ser atacada pelos holandeses. Com a ajuda dos espanhóis, os portugueses expulsam os holandeses da Bahia em 1625.

Em 1630 tem início o maior processo de invasão estrangeira no Brasil. Os holandeses invadem a região do litoral de Pernambuco.

Entre 1630 e 1641, os holandeses ocupam áreas no litoral do Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte.

O Conde holandês Maurício de Nassau chegou em Pernambuco, em 1637, com o objetivo de organizar e administrar as áreas invadidas.

Em 1644 começou uma forte reação para expulsar os holandeses do Nordeste. Em 1645 teve início a Insurreição Pernambucana.

As tropas holandesas foram vencidas, em 1648, na famosa e sangrenta Batalha dos Guararapes. Porém, a expulsão definitiva dos holandeses ocorreu no ano de 1654.

### 10.3. Invasões inglesas

Em 1591, sob o comando do corsário inglês Thomas Cavendish, ingleses saquearam, invadiram e ocuparam, por quase três meses, as cidades de São Vicente e Santos.<sup>8</sup>

## 11. Movimentos nativistas

São chamados de **movimentos nativistas** dentro da historiografia brasileira o conjunto de revoltas populares que tinham como objetivo o protesto em relação a uma ou mais condições negativas da realidade da administração colonial portuguesa no Brasil. Em retrospectiva, tais revoltas também foram importantes em um âmbito maior. Apesar de constituírem movimentos exclusivamente locais, que não visavam em um primeiro momento a separação política, o seu protesto contra algum abuso do pacto colonial contribuiu para a construção do sentimento de nacionalidade em meio a tais comunidades. As principais revoltas ocorrem entre meados do século XVII e começo do século XVIII, quando Portugal perdeu sua influência na Ásia, e passou a cobrir os gastos da Coroa na metrópole com a receita obtida do Brasil. A sempre crescente cobrança de impostos, a criação frequente de novos tributos e o abuso dos comerciantes portugueses na fixação de preços começam a gerar insatisfação entre a elite agrária da colônia.

Este é o ambiente propício para o nascimento dos chamados movimentos nativistas, onde surgem a contestação de aspectos do colonialismo e primeiros conflitos de interesses entre os senhores do Brasil e os de Portugal. Entre os movimentos de destaque estão a re-

8 Fonte: [www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com)

volta dos Beckman, no Maranhão (1684); a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais (1708), a Guerra dos Mascates, em Pernambuco (1710) e a Revolta de Felipe dos Santos em Minas Gerais (1720).

Mas é a Insurreição Pernambucana (1645-54) onde se localiza o marco inicial destes movimentos. Iniciada logo após a campanha pela expulsão dos invasores holandeses, e de sua poderosa Companhia das Índias Ocidentais, é ali que pela primeira vez que se registrou a divergência entre os interesses dos colonos e os pretendidos pela Metrópole. Os habitantes de Pernambuco começaram a desenvolver a noção de que a própria colônia conseguiria administrar seus próprios destinos, até por que eles conseguiram expulsar os invasores praticamente sozinhos, num esforço que reuniu negros escravos, brancos e indígenas lutando juntos, com um punhado de oficiais lusitanos nos altos postos de comando.

A partir da segunda metade do século XVIII, com os desdobramentos das revoltas na França e Estados Unidos, e os conceitos do Iluminismo penetrando em meio à sociedade brasileira, os descontentamentos vão se avolumando e a metrópole portuguesa parece insensível a qualquer protesto. Assim, os movimentos nativistas passarão a incorporar em seu ideal a busca pela independência, ainda que somente da região dos revoltosos, pois a noção de um país reunindo todas as colônias portuguesas na América era algo impensado. O mais conhecido em meio a estes movimentos é a Inconfidência Mineira de 1789, da qual surgiu o mártir da independência, Tiradentes.<sup>9</sup>

## ANTIGO SISTEMA COLONIAL

### 1. O Antigo Sistema Colonial Português.

Partindo das nossas propostas de análise é inevitável para uma conceituação do que se define como "Antigo Sistema Colonial".

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa.

A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrô-

9 Fonte: [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com) - Por Emerson Santiago

pole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

*O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.*

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam autoestimular-se economicamente. A economia agroexportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

*O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.*

### 1.1 A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores. O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos. Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais freqüente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

### 1.2 Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a idéia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas odeias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e

do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância na colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânicas hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

### 1.3 Urbanização no Nordeste açucareiro.

O açúcar e a pecuária foram as atividades econômicas que permitiram um dos primeiros e maiores movimentos dentro da arquitetura no Brasil. Esta arquitetura constituía-se basicamente em uma atitude defensiva, com construções parecendo fortificações. Grandes sedes de engenhos envolvendo todas as esferas da sociedade, a casa grande da elite senhorial, a capela do clero e a senzala do escravo; constituindo-se um microcosmo das relações de poder e trabalho vigentes na colônia.

Não se pode esquecer das ordens religiosas que deram condições ao surgimento de um ambiente de criações artísticas muito interessante, embora carregados de um conhecimento aplicado à Europa, adaptaram e fizeram releituras mais propícias ao novo ambiente, seja no litoral ou no sertão a presença das ordens religiosas se fez sentir em praticamente todos os espaços.

### 1.4 Urbanização na economia mineradora.

Durante o ápice da economia agro-exportadora da Colônia tivemos um certo crescimento de algumas cidades que floresceram em torno da economia açucareira e de sua produção “complementar”, a pecuária. Mesmo assim não houve uma urbanização muito grande no período, pois a maior parte das atividades econômicas se dava no espaço rural, a cidade tinha um papel maior de entreposto comercial e onde se decidiam as leis.

No século XVIII a economia mineradora predominou na região Sudeste brasileira, este novo movimento econômico proporcionou um novo aproveitamento do espaço urbano e uma crescente desvinculação ou independência da atividade rural. A região sudeste talvez tenha sido a única região realmente urbanizada do Brasil-Colônia. O símbolo de todo o poder e prestígio, além do dinheiro estava nas cidades, onde moravam as auto-

ridades, os comerciantes, os donos de minas e fazendas.

Neste ambiente de riqueza e prosperidade o Barroco acaba tornando-se elemento característico do ciclo da mineração, sendo imitado e copiado no Nordeste. Uma leitura bem característica do Barroco brasileiro é alcançar o sublime, esterilizando a razão e dando vazão a uma leitura entre o sagrado e o profano, misturando elementos da natureza a figuras de anjos, e o uso do ouro como elemento mais característico.

Mas tão rápido quanto surgiram, as cidades esvaziaram-se e despovoaram-se quando a mineração entrou em declínio. Esse rápido despovoamento das cidades mineiras permitiu que fossem mantidos até hoje, traços de seu urbanismo e arquitetura típicos.

Com a mineração, a vigilância da Coroa deslocou-se do Nordeste para o Sudeste. Assim, em 1763, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Brasil. Esta escolha se deu em grande parte à proximidade com a região mineradora e os importantes portos da cidade. Sendo assim a burocracia portuguesa deslocou-se para a cidade a fim de melhor controlar e fiscalizar a produção mineira.

### 1.5 A crise do Sistema Colonial.

A partir de meados do século XVIII, o sistema colonial começou a enfrentar séria crise, decorrente dos efeitos da transformação econômica desencadeada pela Revolução Industrial nos países mais desenvolvidos economicamente da Europa. Nestes países, o capitalismo deixava o estágio comercial e encaminhava-se para a etapa industrial.

Portugal neste período se encontrava em profunda crise e dependia fortemente da política econômica inglesa. Neste cenário o capitalismo industrial inglês acabou entrando em choque com o colonialismo mercantilista português.

O principal ponto deste choque se dava em torno das principais características da economia colonial: o monopólio comercial e o regime de trabalho escravista. Era necessária a criação de mercados livres para que os donos de indústria pudessem ter um maior número de mercados consumidores. Com relação à escravidão, o capitalismo industrial defendia o seu fim e substituição pela mão-de-obra assalariada para que se ampliasse o seu mercado consumidor. A abolição da escravidão no Brasil acabou se dando de forma tardia, mas os ingleses acabaram se adaptando à situação.

**O BRASIL MONÁRQUICO: A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O PRIMEIRO REINADO. A CONSTITUIÇÃO DE 1824. MILITARES: A GUARDA NACIONAL E O EXÉRCITO. A FASE REGENCIAL (1831-1840). O ATO ADICIONAL DE 1834. AS REVOLTAS POLÍTICAS E SOCIAIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO IMPÉRIO. A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM INTERNA: O FIM DAS REBELIÕES, OS PARTIDOS, A LEGISLAÇÃO, O FORTALECIMENTO DO ESTADO, A ECONOMIA CAFEJEIRA, A TRIBUTAÇÃO. MODERNIZAÇÃO: ECONOMIA E CULTURA NA SOCIEDADE IMPERIAL. A ESCRAVIDÃO, AS LUTAS ESCRAVAS PELA LIBERDADE. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA E A ABOLIÇÃO. A INTRODUÇÃO DO TRABALHO LIVRE. POLÍTICA EXTERNA: AS QUESTÕES PLATINAS, A GUERRA DO PARAGUAI E O EXÉRCITO. O MOVIMENTO REPUBLICANO E O ADVENTO DA REPÚBLICA.**

## **2. A chegada da família real portuguesa ao Brasil.**

Mudanças drásticas em todas as estruturas políticas e econômicas tiveram seu ápice com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, fugindo da invasão napoleônica na Europa.

Protegidos por uma esquadra naval inglesa, D. João e a corte portuguesa chegaram à Bahia em 22 de Janeiro de 1808. Um mês depois, a corte se transferiu para o Rio de Janeiro, onde instalou-se a sede do governo.

A Inglaterra acabou pressionando D. João a acabar com o monopólio comercial, sendo que em 28 de Janeiro de 1808, D. João decretou a abertura dos portos às nações amigas. Sendo a Inglaterra a principal beneficiária da abertura dos portos, pois pagaria menores taxas sobre seus produtos no mercado brasileiro em relação às outras nações, inclusive Portugal.

O governo de D. João foi responsável pela implantação de diversas estruturas culturais, sociais e urbanas inexistentes no Brasil como: a fundação da Academia Militar e da Marinha; criação do ensino superior com a fundação de duas escolas de Medicina; criação do Jardim Botânico; inauguração da Biblioteca Real; fundação da imprensa Régia; criação da Academia de Belas-Artes.

Mas a transformação mais forte se deu na forma de se viver o espaço urbano, até então, mesmo com o ciclo de mineração, o Brasil nunca deixara efetivamente de ser um país rural.

### **2.1 Urbanização e pobreza.**

A intensa urbanização nas principais capitais de províncias do Império do Brasil no século XIX, não estava associado ao desenvolvimento de grandes indústrias. As cidades brasileiras que foram antigas sedes da administração colonial portuguesa acabaram conservando muitas das suas tradicionais funções burocráticas e comerciais.

Geralmente explica-se o decréscimo populacional do Nordeste e o conseqüente "inchamento" do Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro pela decadência da região algodoeira e açucareira nordestina, contrapondo-se à expansão da agricultura cafeeira e da economia industrial do sul, fatores estes que explicariam pelo menos em parte a grande onda de migrações internas do período.

Na cidade do Rio de Janeiro, nos anos iniciais do século XIX, houve um acentuado crescimento demográfico, impulsionado pela chegada constante de estrangeiros, principalmente portugueses.

Outras cidades também sofreram mudanças consideráveis em suas estruturas urbanas, sofreram também um considerável crescimento demográfico; respeitando-se, é claro, as especificidades econômicas locais.

As principais cidades do Brasil, Rio de Janeiro, Salvador e Recife constituíram-se dos principais cenários de reformas urbanas e da atuação dos poderes públicos com o objetivo viabilizar o ordenamento do espaço urbano.

Neste período as classes dominantes imperiais buscavam desvincular-se da imagem de atraso colonial, buscava-se a ordem na sociedade e nas cidades. A vida urbana intensificava-se, a imponência e riqueza se traduzia na construção dos prédios públicos que refletiam o desejo de ordem social. Na cidade de Salvador, os edifícios pertencentes à administração provincial contrastavam com a arquitetura barroca e colonial dos estabelecimentos religiosos.

Difícil acreditar que todas as pessoas tivessem acesso às melhores moradias ou desfrutassem dos confortos proporcionados pela vida na cidade. Pelo contrário, a maioria da população, constituída em sua maioria de negros e mestiços, vivia no limiar da pobreza.

Políticas de intervenção urbana se intensificaram por volta de 1830. Redes de esgoto, iluminação a gás, linhas de bondes, praças, parques, construção de prédios públicos, instalação de fábricas e políticas de saneamento e saúde pública passaram a integrar o cotidiano urbano.

Na cidade surgem novas possibilidades de trabalho, novos mecanismos de sobrevivência. A população sai do campo em busca de melhores oportunidades e, em sua maioria, acaba ocupando uma esfera marginal da vida econômica e social da cidade.

Com a nova visão sobre o espaço urbano e sobre a sociedade acabam por surgir novos elementos reguladores da conduta urbana. Neste sentido surgem os asilos para loucos, reformatórios e abrigos para pessoas da rua. O discurso higienista começa a ganhar adeptos e a medicalização da sociedade de torna evidentemente necessária para a elite.